

O Termo da Campanha

2. X. 1950

Depois de breve, mas intensa campanha eleitoral, o candidato libertador ao governo do Estado, que se recusara seguir a praxe das pomposas e, por isto mesmo, inúteis plataformas de governo, nas quais tudo se promete, para depois quase nada cumprir, deu-nos um eloquente balanço das falhas da vida administrativa do Rio Grande, em sua excursão anotadas.

“Posto não seja tudo — adverte o sr. Edgar Schneider — já é bastante para persuadir os mais cépticos do muito que fazer e com que servir à comunhão rio-grandense, nas mãos de um governante que porfie deveras em ser útil”.

Realmente, problemas não faltam em nosso Estado. Sobejam nele motivos para a revelação de estadistas. Desde a educação e a saúde, até a produção e o transporte, muito há que fazer. E, sobrepondo-se a tôdas estas falhas, a tristíssima situação orçamentária, que se não paralisa, deprime grandemente a ação governativa, e vai refletir-se desastrosamente na vida dos municípios, pois há quase dois anos o Estado não paga a éstes as quotas dos tributos, que a Constituição determina. “O remédio — diz o candidato libertador — estaria em corajosa revisão dos gastos, sem detrimento da eficiência dos serviços públicos e da condigna remuneração dos seus titulares.”

Feita a diagnose do mal, fácil de prescrever é o remédio, mas difficilimo de aplicar por quem não tenha um forte espirito público, e esteja prêso ao governo antecedente pelos elos da solidariedade política. Rever os gastos para os equilibrar com a receita, e isto sem que padeçam os serviços públicos, é evidentemente reduzir ao minimo o numero de funcionários, embora remunerando-os melhor, sem tocar nas verbas do material, que representa o combustível da maquina do Estado.

Poderão abalancar-se a tamanha tarefa os homens criados na política orçamentivora, que nos caracteriza? Como deixar de nomear o recomendado pelo correigionário prestigioso, ou pelo amigo dedicado? Como despedir os interinos ou os extra-numerários que o empenho político levou a admitir? Quase impossivel. Por isto, a verba do pessoal aumenta, enquanto a do material se restringe. Por isto, recai a carga do serviço público sobre um número relativamente pequeno de funcionários, enquanto os demais fazem do posto uma sinecura.

Vê-se, pois, que somente com meios drásticos se poderá sair da calamitosa situação administrativa, em que se encontra o Rio Grande. Sançar as finanças é a primeira e mais urgente necessidade. Mas o remédio deverá ser antes político, do que financeiro. “Dai-me boa política e eu vos darei boas finanças” — é a regra fundamental do bom governo. Com boas finanças, poder-se-á fazer boa ou má política. Mas a boa política, dado que seja realmente boa, levará necessariamente às boas finanças.

Este da boa política é o problema primário do Rio Grande, como o é, também do Brasil. Mas tal problema quem o vai resolver, em primeira instância, é o povo, é o eleitorado. Se este quiser mudar a política, não poderá reconduzir ao governo os homens direta ou indiretamente responsáveis pela política condenada. Mudança de política implica mudança de homens. Não há como fugir disto.

Se o povo rio-grandense está satisfeito com o seu governo, vote no candidato do partido que o governou nos últimos anos. Se reconhece, porém, a verdade daquela síntese com que o sr. Edgar Schneider encerrou a sua campanha, não pode deixar de votar no candidato que, tendo diagnosticado o mal e indicado o remédio, nenhuma responsabilidade direta ou indireta, pessoal ou partidária, tem no mal que diagnosticou.